

Bornhausen promete maior apoio ao presidente

Segundo ele, o relacionamento entre Executivo e Legislativo será "harmônico e independente"

A Aliança Democrática vai desempenhar, neste segundo semestre, um papel muito mais seguro em termos de apoio ao presidente José Sarney", prevê o senador Jorge Bornhausen, presidente do Partido da Frente Liberal, e ressaltou que o relacionamento entre o Executivo e o Legislativo será "harmônico e independente".

Em entrevista ao **CORREIO BRAZILIENSE**, Bornhausen informa que a Frente Liberal terá uma cartilha própria para a Constituinte, para orientar os eleitores do partido. Espera o presidente que todos os candidatos do PFL, em 86, se ajustem às idéias do PFL para a Constituinte.

Negou que o PFL venha exercer um papel conservador na elaboração da nova Constituição. Garantiu que a posição ideológica do partido é progressista e liberal e, ao justificar o pouco apoio do PFL ao plano de reforma agrária do Governo, observou que o presidente José Sarney apresentou, apenas, uma proposta para discussão e não uma mensagem final.

EXPEDITO FILHO
Da Editoria de Política

— Como o senhor vê, neste segundo semestre, o relacionamento entre o Executivo e o Legislativo?

— Tende a ficar melhor. Nesta segunda etapa, a Aliança Democrática deve ter um papel muito mais seguro em termos de apoio ao Governo, o que, inclusive, não faltou no primeiro semestre. Tenho certeza que o Brasil vai trabalhar mais, já que tem à frente um timoneiro seguro que já sabe que tem um grande caminho de dificuldades, mas que não teme em enfrentá-lo.

— O senhor teme que a proximidade das eleições de 1986 provoque alguma angústia e até mesmo rebeldia dentro das bancadas?

— Isso é normal. Isso é da democracia. Todos nós temos que conviver com essas aflições porque as eleições são imprescindíveis numa democracia.

— Qual será a ênfase do PFL neste semestre no Congresso?

— Vamos ter o movimento político girando em torno das eleições municipais. A vida do Congresso Nacional não será tão intensa como das outras vezes. No primeiro semestre, demos passos avantajados em matéria de emendas constitucionais e, naturalmente, agora neste semestre, mas não teremos atos maiores de importância política, a não ser a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

— Muda alguma coisa na relação do PFL com o Palácio do Planalto neste segundo semestre?

— Nós temos que ver os problemas brasileiros como partido político que dá apoio ao Governo. Portanto, essa ligação com o Palácio tem que ser feita permanentemente. Não há uma semana que não conversei com o Presidente da República, levando, também, as posições do partido. Como a Aliança Democrática é maioria o presidente José Sarney terá amplo apoio no Congresso Nacional. O relacionamento entre o Congresso e o Executivo será harmônico e independente.

— De que forma o PFL pretende encaminhar a campanha da Constituinte?

— Nossa posição é de vanguarda porque constituímos um grupo de trabalho, através do Instituto Tancredo Neves que é o órgão de estudos políticos e sociais do nosso partido. Nós vamos promover semi-

nários internacionais, debates com as associações de classe, sindicatos, federações e confederações. Pretendemos, realmente, ter uma cartilha própria para a Constituinte que será o nosso compromisso perante o eleitorado. Quem for candidato pelo Partido da Frente Liberal terá que se ajustar às idéias que vamos tentar transformar em Lei na Constituinte. Essa vai ser uma garantia para o eleitor que vai saber em quem está votando e como seu candidato se comportará na Assembleia Nacional Constituinte.

— É possível Liberalismo Social com Jânio Quadros, candidato do PFL em São Paulo?

— Ele não é candidato à Assembleia Nacional Constituinte pelo Partido da Frente Liberal. Ele está em outra agremiação e deve cumprir o seu programa; e o Partido Trabalhista Brasileiro.

— Os aspectos ideológicos, que ficarão transparentes durante as eleições municipais deste ano, não

CECE



Para Bornhausen, o PFL é a favor da reforma agrária utilizando o Estatuto da Terra

vão influir na imagem do PFL em 86?

— A nossa posição é de um liberalismo social, posição essa que ficará muito clara, pois não haverá candidato nosso que desconhecera o compromisso do PFL. Essa, aliás, é uma posição evidente porque muitos partidos não conseguirão fazer isso por falta de identidade interna.

— Não haverá desdobramentos entre a eleição municipal deste ano e a eleição dos constituintes em 1986? Essa eleição municipal, por ser a primeira que o PFL participa, não definirá o perfil ideológico do partido?

— Absolutamente. A eleição municipal trata dos problemas do município. A eleição federal, para uma Assembleia Nacional Constituinte, se desenvolve em torno dos problemas do Brasil, especialmente da nova Constituição. Não existe nenhuma relação entre as eleições de 1985 com as eleições de 1986 e acho que a eleição de 86 é mais importante para o País.

— Como se define ideologicamente o PFL?

— Isto já está muito claro. Somos um partido libe-

ral que busca a liberdade, igualdade com justiça social, pois a nossa primeira preocupação é com a questão social. Na área econômica, temos uma opção clara pela iniciativa privada, valorizando a empresa privada nacional e, em especial, a média e a pequena

“O PFL não é conservador, mas sim progressista liberal, e não haverá candidato nosso que desconheça tal aspecto”

empresa. Somos um partido progressista que vai apresentar uma transposição do seu programa para aquilo que desejamos na

Assembleia Nacional Constituinte.

— Mas há quem afirme que, durante a Constituinte, o PFL vai exercer um papel conservador?

— O liberal não é conservador. E...

O liberal na economia é conservador...

— Absolutamente. O nosso programa é claro. E liberal progressista. A nossa posição na área econômica de defesa da livre iniciativa não é conservadora. É claro e evidente que os partidos que se desenvolvem, sem um regime totalitário, optaram pela iniciativa privada. As experiências que têm sido feitas, tendo como grande empresário o Estado, têm revelado grandes fracassos. Portanto, a nossa posição é de defesa da liberdade de trabalhar, de criar, de poder desenvolver sua profissão, sua empresa, sua indústria, seu comércio. Essa é uma posição progressista porque afasta a intervenção danosa do Estado.

— Então senador, por que a Frente Liberal não veio em auxílio do Governo no momento em que as

críticas contra a reforma agrária começaram a surgir?

— A Frente Liberal não faltou em nenhum momento em apoio ao presidente José Sarney. O Presidente apresentou uma proposta para discussão. O Presidente não apresentou uma mensagem final. O que nós fizemos foi nomear uma comissão, presidida pelo deputado José Jorge, para apresentar novas sugestões à proposta.

— E a questão da reforma agrária?

— Somos a favor da reforma agrária utilizando o Estatuto da Terra e os instrumentos fiscais, ou sejam, aqueles que fazem que o aumento dos impostos possa ser também fator de redistribuição de terra. Por outro lado, somos contra as invasões, a quebra da ordem e a ação ilegal de invasão da propriedade privada. Nós queremos que isso se faça através de um processo claro, dentro da Lei, através de títulos, a serem emitidos, para que os latifúndios improdutivos sejam distribuídos entre aqueles que não possuem terra.